



Reunião de 22/05/2015

ATA N.º 13/2015

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE MAIO DE DOIS MIL E QUINZE

---- Aos **vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião extraordinária, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.^a Sofia Relvas Marques e Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves. -----

---- Registou-se a falta, considerada justificada, do Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- No dia 21 de maio de 2015 o total de disponibilidades era de 1.784.905,82 euros, sendo de operações orçamentais: 1.680.324,09 euros e de operações não orçamentais: 104.581,73 euros. -----

ORDEM DO DIA

(111/20150522) 1 – APROVAÇÃO DO PROJETO DE “CONSTRUÇÃO DA ETAR DE NELAS III E SISTEMA INTERCETOR”, NOS TERMOS DO ART.º 33.º, N.º 1, ALÍNEA F), DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09

---- Presentes a Memória Descritiva, o Estudo de Viabilidade Económica/Financeira, a Planta da ETAR e a Planta do Sistema Intercetor, referentes ao projeto de “Construção da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor”. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, declarou aberta esta reunião extraordinária marcada para este dia 22 de maio de 2015. Agradeceu a presença dos Senhores Vereadores. Leu o ponto da Ordem de trabalhos. Pediu a compreensão de todos os Senhores Vereadores, eventualmente, por alguma chegada de documentos, particularmente, neste dia e também no dia anterior tinha sido distribuído o Estudo Económico porque, mercê da candidatura, do aviso que foi feito ao Município de Nelas em 27 de março de 2015, foi necessário, de facto, em contrarrelógio elaborar um projeto desta dimensão e cujo prazo de candidatura se encontra estabelecido, fixado até ao próximo dia 29 de maio, que é de hoje a oito dias. Portanto, é o aviso que está publicado no POSEUR em que, de facto, vem cá escrito a possibilidade de, beneficiando deste Eixo prioritário 3, do Objetivo Específico 2, no âmbito deste Programa Operacional o Município de Nelas fazer uma candidatura para construção de uma ETAR que promova o tratamento das águas residuais do núcleo urbano de Nelas, Freguesia, Nelas, Algerás, Folhadal, e também das zonas industriais, das áreas de acolhimento empresarial, melhor dito, da Zona Industrial 1 e Zona Industrial do Chão do Pisco. Portanto,



Reunião de 22/05/2015

neste contrarrelógio foi, de facto, elaborado para esta candidatura, pelos contactos que houve. Também todos os Senhores Vereadores sabiam da situação que se verificava há alguns anos de incumprimento por parte das ETAR,s 1 e 2, de Nelas. Mesmo em termos de contencioso comunitário e, portanto, também é uma preocupação do Ministério do Ambiente, que foi possível no início deste novo Quadro Comunitário, como tinha sido também no Quadro Comunitário anterior, no âmbito do QREN, foi possível resolver alguns problemas com que o Executivo se confrontava em Nelas e teve, há que realça-lo também, a boa ajuda, parceria, acompanhamento, por parte do Ministério do Ambiente e do Ministério da Economia, particularmente na pessoa do Senhor Secretário de Estado da Inovação e da Competitividade e que tudo foi, de facto, acelerado, particularmente, para este processo da ETAR de Nelas que tratasse também as áreas de acolhimento empresarial, com a visita do Senhor Vice-Primeiro Ministro, em março, quer á empresa Borgstena, quer à empresa Aquinos e que, de facto, veio a culminar com um aviso dirigido, especificamente, ao Município de Nelas, para que resolvesse este problema do tratamento dos efluentes domésticos e industriais pré-tratados. Foi, de imediato, aberto, como estava na proposta, um concurso, um procedimento concursal com vista á elaboração dos projetos. Naturalmente, foram feitos convites a três entidades. As empresas que já conheciam também bem a realidade porque já colaboram também com o Executivo nestes 19 meses que este Executivo está na Câmara, a empresa AGR- Engenharia & Serviços, Ld.^a conhecia também bem a realidade. Portanto, foi feito esse processo concursal e foram entregues no âmbito do mesmo e também é um custo que é também financiável no âmbito da ETAR, foi entregue à empresa AGR- Engenharia & Serviços, Ld.^a, bem como um projeto para o sistema interceptor, que foi à empresa Ecoserviços – Gestão de Sistemas Ecológicos, Ld.^a. No âmbito ainda deste processo foi feito um ajuste direto para elaboração do estudo económico, o que também foi feito, que foi distribuído aos Senhores Vereadores no dia anterior a esta reunião, estudo económico este que neste dia da reunião já mereceu algumas precisões, que ele, Senhor Presidente, depois já concretizará. Mas foi feito pelo Senhor Dr. Gonçalo Costa, da empresa Lourenço & Costa, de Viseu. Portanto, quer o Senhor Dr. Gonçalo Costa, quer o Senhor Eng.º Carlos Mendes, a Senhora Eng.^a Sara Costa, o Senhor Dr. Gonçalo Costa, do estudo económico, o Senhor Eng.º Carlos e a Senhora Eng.^a Sara, dos estudos técnicos, podem dar os esclarecimentos que todos os Senhores Membros da Câmara entenderem e estão presentes na sala para isso. Naturalmente que a solução técnica que está apresentada em termos de ETAR teve este enquadramento sócio-político, sócio porque o Município tem uma realidade em Nelas há muitas décadas, há muitos anos, infelizmente também há décadas, desde a década de 80 na Freguesia de Nelas, de ter atrativas áreas de acolhimento empresarial. Portanto, tendo atrativas áreas de acolhimento empresarial esta necessidade de tratamento dos efluentes manifesta-se, particularmente, exigente aqui em Nelas pela existência dessas empresas e, portanto, estava a falar de dezenas de empresas, particularmente, na Zona Industrial 1 e também no caso do Chão do Pisco também já há mais de 20 anos que existe a empresa Borgstena, anteriormente com outros nomes e outras empresas. Portanto, o Município tem essa felicidade de ter estas áreas de acolhimento empresarial, o que impõe ao Executivo também o encargo e a preocupação acrescida de ter a obrigação de tratar os efluentes gerados por estas áreas de acolhimento. Além disso, a Vila de Nelas e a Freguesia de Nelas, com os seus sempre próximo de 5.000 habitantes, tem uma



Reunião de 22/05/2015

exigência em termos, também, de tratamento, que as soluções que existiam, quer da ETAR 1 de Nelas irrecuperável, quer a ETAR 2 de Nelas, obsoleta e com grandes incapacidades, quer as fossas, a fossa do Folhadal na Vala, quer as fossas da zona industrial, quer áreas inteiras que existem em Nelas sem ligação a nenhuma fossa, ou a nenhuma ETAR. É o caso da Escola Secundária, dos prédios da Av.^a António Monteiro e do Lar de São Miguel, que estão ligados diretamente a um coletor na Póvoa da Roçada, à entrada da Póvoa da Roçada, portanto, não passam na ETAR 1. Portanto, a solução que é apresentada à Câmara no âmbito deste enquadramento social e também no âmbito do enquadramento político, portanto, temos aqui uma situação que ele, Senhor Presidente, gostava que todos os Senhores Vereadores compreendessem que é uma situação também de emergência e que resulta também do facto de estar, tem que se dizer bem, porque também comunga dessa preocupação, que é uma obrigação municipal, não podemos estar muito felizes e satisfeitos em termos sociais por termos indústrias e depois também não acompanharmos o acolhimento dessas indústrias com algum esforço da parte do Orçamento Municipal, que algumas dessas indústrias também suportam e depois não dar a jusante as condições para que isso se verifique. Com esta solução e a emergência que resulta daqui é, de facto, a questão dos efluentes resultantes das indústrias instaladas no Chão do Pisco, é também uma solução de ajudar a resolução deste problema porque a Câmara, de facto, está a receber efluentes com determinada carga e tem, obrigatoriamente, tem, necessariamente, de os tratar. Portanto, além da situação de incumprimento que havia relativamente aos efluentes domésticos, estamos aqui também a falar do incumprimento e o incumprimento até sancionatório relativamente à própria gestão da Câmara Municipal relativamente aos industriais pré-tratados, que é urgente, que é necessário resolver. Com esta solução projetada e proposta pelos projetistas o que é que vamos ter? Foi feito com este apoio estavam a falar de um universo, já do presente e uma ETAR projetada num horizonte de 40 anos, sendo que depois o estudo económico revela que os equipamentos eletromecânicos, o prazo de duração e, eventualmente, de substituição, serão ao fim de 20 anos, o prazo de amortização e para efeitos de estudo económico, do custo/benefício, estava a falar de um horizonte de 30 anos. Mas o Executivo estava com uma ETAR projetada já para este horizonte temporal, o que é excelente, é uma coisa que ao Executivo e particularmente, a ele, Senhor Presidente, lhe agrada, é olhar para estes investimentos sempre num horizonte de uma, ou duas décadas, pelo menos duas décadas. Portanto, aproveitando o ensejo o Executivo projetou isto para os próximos 20, 30 anos, pelo menos, e tentar, aproveitando este apoio e no início deste Quadro Comunitário em que, de facto, o Governo e a entidade gestora está mais recetivos para acolher estes projetos e para resolver questões prementes, foi projetar uma ETAR que tratasse os habitantes atualmente existentes em Nelas, portanto, os domésticos, na Freguesia e mais, 1.500 a 2.000 pessoas em termos de potencial crescimento. Portanto, o Executivo tem uma ETAR projetada para 6.300 pessoas. Sabia que o universo total era 14.666 pessoas. Portanto, temos aqui 6.300 domésticos com o tratamento assegurado nesta ETAR, o que significa que temos aqui a possibilidade de crescer como desejamos e como temos esperança que isso acontecer, de 1.500, 2.000 pessoas. Além disso, temos o equivalente industrial, pré tratado, que foi transformado em equivalente doméstico, o que dá, atentas as cargas analisadas, 3.000 domésticos equivalentes na Zona Industrial 1 e 4.000 equivalentes domésticos na Zona Industrial do Chão do Pisco. Portanto, está uma



Reunião de 22/05/2015

ETAR projetada para o tratamento de, tudo isto está na Memória Descritiva, uma ETAR preparada para o tratamento de 14.666 pessoas, equivalente doméstico e a ETAR vai receber esta carga orgânica toda destes polos todos, Nelas, Folhadal, Algerás, zonas industriais. Também no âmbito da sustentabilidade do sistema, da sustentabilidade económica do sistema, vai ter uma unidade de pré-tratamento diferenciado para os efluentes industriais que vão chegar separados à estação de tratamento e a ETAR projetada foi onde está a ETAR 2, na Estrada Velha entre Nelas e Carvalhal Redondo e está previsto um tratamento autónomo relativamente aos efluentes industriais, separado, portanto, vai haver condutas separadas da Zona Industrial ao fundo da Cover Car, que está lá uma fossa que vai ser transformada numa estação elevatória e da Zona Industrial do Chão do Pisco, vão entrar nesse sistema autonomizado que permite à Câmara saber qual é a carga orgânica, quer por contadores existentes nas empresas, quer aí saber qual é a carga orgânica que a Câmara tem que tratar porque, necessariamente, não é o mesmo tratar uma carga orgânica da empresa Borgstena, ou da empresa dos Olivicultores, ou da empresa Faurécia, são coisas completamente diferentes. Portanto, o Executivo tem também tudo previsto em termos de imputação de custos a que quem dá à Câmara uma carga orgânica com necessidade de tratamento financeiro superior suporte também necessariamente esses custos, o que permite depois na ETAR 2 fazer esse tratamento, igualizar o industrial ao doméstico e depois entrar na linha do doméstico no sentido de ter um tratamento comum com o efluente doméstico. O Executivo salvaguardou isto que é importante, que é o custo económico e que depois já iria falar, que está previsto é para a utilização máxima da ETAR de 14.666 equivalentes domésticos. Entrando na ETAR só 8.000, ou 9.0000, a empresa Borgstena está fechada, a empresa LusoFinsa está de férias, a população reduziu, ou aumentou, portanto, a ETAR vai ser dotada de todos os equipamentos e estava a falar de equipamentos que estavam mencionados no Plano Financeiro, grande parte do investimento é de equipamentos. Está dotado toda a ETAR de um sistema de automatismos que permite proporcionalizar os gastos da ETAR em função da carga que lhe chega e há custos, por exemplo, que são os maiores, que têm a ver com a energia elétrica que são depois imputáveis, em termos diferenciados, a quem fornece à Câmara a carga orgânica mais carregada, quer também em termos das quantidades diferenciados. Portanto, na descrição do Estudo estão lá anotadas uma series de automatismos que permite que se o tanque só está a 1/3, só trata 1/3, no sentido de sustentabilizar ao máximo, esses gastos. Portanto, o que está também projetado e o Executivo confia nisso, é um tratamento secundário em que depois também levou em consideração que depois o efluente que será lançado na Ribeira de Travassos é perfeitamente admissível e, portanto, aquela questão que se colocou, na época de verão, ou de estio, a própria Ribeira poder secar, também foi ponderada e está garantido no Estudo é que os valores que sairão da ETAR, primeiro, desde logo toda a ETAR em termos de rega, em termos de limpezas, em termos de utilização de água, é água que sai da ETAR. Portanto, vai ser aproveitada para fazer toda essa questão na ETAR. Depois, são cargas orgânicas admissíveis e, portanto, segundo o que lhe dizem a ele, Senhor Presidente, seguramente, vão ser muito melhores do que aquelas que hoje saiem da ETAR 2, que levam ali com mais de 2.000, 2.500 domésticos, e que vão para a Ribeira e essa questão, naturalmente, dispensa, até pela onerosidade da construção, a construção de um coletor da Ribeira de Travassos, saindo da ETAR 2 até ao Rio Mondego que, contas por alto, foi



Reunião de 22/05/2015

contabilizado em mais de um milhão de euros a necessidade desse emissário, que não se justifica, que era a própria negação da solução despoluente que o Executivo está a adotar. Portanto, se a ETAR 2 é para tratar os efluentes é porque eles têm condições para sair para o meio hídrico e o que lhe dizem é que a população de Beijós vai receber efluentes muito melhores do que aqueles que está a receber atualmente, mal feito fora que não fosse assim, mas por outro lado que a carga que sai, o CQO a 125, toda a outra carga orgânica que sai são valores perfeitamente admissíveis em termos agrícolas e em termos ecológicos. Depois a natureza lá se encarrega de os regenerar como é também habitual. Portanto, em termos de ETAR o enquadramento é este. Em termos de sistema interceptor uma questão que preocupou sempre o Executivo e também isso foi dito aos projetistas, é a questão do custo da ETAR. Portanto, as questões técnicas relativamente ao lançamento dos efluentes na Ribeira de Travassos, a carga orgânica, esta ETAR vai tratar, só para a Câmara ter uma noção, o Executivo compra água à Câmara de Mangualde um milhão e cinco metros cúbicos de água, que foi comprada em 2014 e esta ETAR vai tratar mais de 655.000 m³ de água. Portanto, vai correr ali muita água. De certeza que a Ribeira de Travassos não vai secar. Vai correr ali muita água. A ETAR está dimensionada para tratar 655.000 m³ de água, o que dá 1.700 m³/hora. É uma ETAR com grande capacidade, vai implicar uma série de custos. Para funcionar implica necessariamente uma série de custos. Também para a Câmara ter uma ideia, temos ali uma infraestrutura, quer para a população e unidades empresariais existentes, quer para novas que se queiram instalar e, portanto, os empresários já sabem que podem, sendo obrigados a construir um ETAR, já sabem que existe uma grande ETAR Municipal e depois será uma questão de fazer a análise do custo, que também está previsto no Regulamento, em função de uma carga orgânica superior aquela que está lá prevista também e cujos critérios também, por sugestão da própria empresa agora consultora, o Executivo vai alterar porque os critérios que estão lá no final, que a Câmara pode receber, são muito limitativos relativamente a um efluente industrial que pode ter uma carga orgânica que depois a Câmara é obrigada a receber e tem que tratar. Portanto, vão ser alargadas os 4, ou 5 critérios que lá estão, depois virá a uma reunião de Câmara, resultante dessa discussão pública, vão ser alargados esses critérios do saneamento dos 6 parâmetros, CBO, CQO, sólidos suspensos, fósforo e azoto para 31 parâmetros que garantem mais a sustentabilidade do sistema em função daquela análise particular que tem que ser feita aos efluentes de cada unidade industrial. Portanto, o Executivo tem a possibilidade de ter uma empresa que se instale na Zona Industrial do Chão do Pisco, ou na Zona Industrial 1 e que tem um sistema de tratamento de efluentes disponível em termos de sustentabilidade do seu negócio, pagando uma taxa correspondente sempre indexada, aliás, as recomendações da ERSAR também impõem isso, está sempre indexado o pagamento de uma taxa ao sistema público do tratamento dos efluentes. Como ele, Senhor Presidente, já tinha referido no princípio, era por isso que os sistemas estavam autonomizados e ele podia dizer que, de acordo com este estudo do tarifário feito pelo Executivo, já se está a imputar à fatura da água um custo de saneamento, os custos que o Executivo tem são quase 300.000,00 euros e já está a imputar à água cerca de 200.000,00 euros, não chega a 200.000,00 euros. Os Executivos andam há anos a imputar à fatura da água, não dizia ao preço da água, mas á fatura da água, um custo que os Executivos não têm porque nos últimos anos, muitos anos, 20 anos para aí, que os Executivos não têm tidos os custos do tratamento



Reunião de 22/05/2015

do saneamento que os Executivos têm a obrigação de tratar. Portanto, anda-se a financiar a Câmara Municipal também com um custo imputável aos Municípes e às empresas que depois os Executivos não tratam. É o caso, atualmente, da empresa Borgstena, o Executivo recebe e de acordo com o tarifário que está proposto, o Executivo vai receber 30.000 euros, 40.000 euros, ou 50.000 euros para tratamento dos efluentes que recebe da empresa Borgstena, mas depois não os trata, fez-se um coletor e não os trata. Acha que diz bem, que os recebe e bem e continua a recebê-los e essa é a contribuição para a instalação das empresas e para que elas continuem no Concelho de Nelas e para que progridam. Mas, evidentemente, o Executivo também foi teve muita atenção com esta questão dos custos vendo também que alternativas é que o Executivo tem. Tudo é possível discutir quando as alternativas são numerosas e a estrada é muito larga. Quando nos estreitam a estrada e dizem, o tratamento de efluentes industriais puro não é admissível, tem que ser arranjada uma solução para equivalentes domésticos e depois tens até ao dia 29 para arranjar um projeto, o Executivo afunilou logo a estrada e disse, pode-se discutir tudo mas temos que chegar ao dia 29. A partir de segunda-feira tem que se começar a carregar na plataforma a ETAR, ou avançamos, ou o comboio passa e depois temos que esperar por uma nova possibilidade, uma nova candidatura e ele, Senhor Presidente, acha que nenhum dos Membros da Câmara quer correr sequer esse risco atento o problema que existe. Pediu desculpa por se estar a alongar, mas, se calhar, é justificado pela importância do processo e pela complexidade do processo e também para poupar os cansados consultores dos projetos que os fizeram. Depois algum esclarecimento será prestado por eles. Portanto, o Executivo não pode tero ambiente tratado. Em termos de ambientais a Freguesia de Nelas, zonas industriais, vai ficar na vanguarda da sustentabilidade ambiental, com a possibilidade de com isso também o Município de Nelas ser atrativo para outras indústrias, tendo um sistema para tratar os efluentes, dando o contributo para a despoluição dos cursos de água na Póvoa da Roçada, na Ribeira da Pantanha, na Ribeira de Travassos, portanto, estão despoluídos. O Executivo deu o exemplo a montante do Rio Mondego para exigir a Mangualde, a Fornos de Algodres, a Celorico da Beira para deixarem de deitar os efluentes no Rio Mondego porque ele, Senhor Presidente, quer voltar a tomar banho no Rio Mondego daqui a 5, ou 10 anos. No Rio Dão a mesma coisa. Portanto, o Executivo dá esse exemplo com um grande esforço do Município que chega a 600.000 euros a participação própria no investimento dos quatro milhões de euros e depois não ter os encargos inerentes a esta atratividade, a esta sustentabilidade. Portanto, esta solução toda implicou a construção de uma rede de coletores, de estações elevatórias, em que o custo energético que foi apresentado no Estudo Económico, levando o Executivo a ponderar todas as vertentes e a sustentabilidade do pagamento da fatura a partir do ano de 2017. O prazo de execução da ETAR está previsto para começar a funcionar em abril de 2017 e a partir de 2017 é preciso pagar uma fatura da manutenção da ETAR. Portanto, é a fatura da energia elétrica, é a fatura dos químicos necessários para o tratamento, a fatura do pessoal que é necessário ter afeto à ETAR. Portanto, preocupou muito ao Executivo esta questão da energia elétrica. Em números redondos que está no Estudo Económico, números redondos, depois podem ser esmiuçados e precisados pelo Senhor Dr. Gonçalo, mas o Executivo vai ter um custo com a ETAR a funcionar nos 14.666 equivalentes domésticos próximo dos 300.000,00 euros, não chega bem aos 300.000,00 euros, mas um valor próximo anual para esta ETAR que trata 14.666. Realçar



Reunião de 22/05/2015

que temos no Município todo a necessidade de tratar 22.000 equivalentes domésticos, que são os 14.666 mais os 4.000, ou 5.000, da Zona Industrial do Chão do Pisco, mais os 3.000 da Zona Industrial 1. Com esta solução está-se a tratar 14.666 e mais os 3.000 que está a ser construído da ETAR nova de Canas de Senhorim, que a consignação vai ser feita na próxima semana para a nova obra estar pronta em dezembro. Portanto, estava a falar de 300.000 euros num universo de $\frac{2}{3}$ do tratamento, já $\frac{2}{3}$ do tratamento dos efluentes todos. Ficam depois a faltar cerca de 4.000 habitantes, portanto, em Canas de Senhorim, 2.000, esta 14.666 equivalentes, mais 1.000 que estavam já a funcionar, Urgeiriça, Folhadal, Felgueira já está a funcionar, Moreira de Baixo também, depois ficam, números redondos, 4.000 domésticos para tratar das Freguesias de Senhorim, Vilar Seco, Santar/Moreira, Carvalhal Redondo/Aguieira e Lapa do Lobo e mais algumas bordas de Canas de Senhorim, Vale de Madeiros, Ribeirinha, Póvoa de Santo António, Lapa do Lobo. Portanto, de facto, o Executivo está a dispor de 300.000,00 euros para esta solução. Isto é financiável na fatura da água, é exigido isso nas recomendações da ERSAR. O Executivo teve essa preocupação de prever em função do custo que já se tem que há uma previsão de não oneração da parte do saneamento na fatura da água. Portanto, está previsto em termos médios 41 cêntimos o metro cúbico do tratamento, sendo que esse valor corresponde a 0,70 cêntimos do efluente industrial e a 17cêntimos do efluente doméstico. Portanto, se os Senhores Vereadores virem o Estudo Económico, o Estudo do Tarifário é isso no escalão 3, que é onde há o maior número de pessoas. Portanto, o Executivo fez uma estimativa para que não haja qualquer implicação imediata disto com a entrada em funcionamento da ETAR na fatura da água. Mas, será, quer em 2016, quer em 2017, um estudo que será feito no sentido de adequar da rentabilidade do sistema, de adequar os custos do sistema de saneamento aos beneficiários do mesmo. Portanto, terá sempre um custo diferenciado, é 0,47 euros o custo médio por metro cúbico de tratamento, mas é 0,71 euros para os industriais e 0,17 euros para os domésticos. Analisando bem o estudo, esta questão do custo da energia, ele, Senhor Presidente, ficou um bocadinho mais descansado, estando todos preparados para que isso aconteça. O Município de Nelas vai ter cerca de 5%, 7% das despesas correntes com o tratamento dos efluentes. Já temos 5%, á volta disso, 3%, 5%, dos resíduos, da fatura que é paga ao Planalto Beirão. Já temos também na mesma ordem de grandeza a questão da água, mas também é uma compra e venda e em termos futuros vamos ter na Câmara que contar com 15%, pelo menos, das despesas correntes para estes três setores, água, saneamento e resíduos, 15%, naturalmente depois com o retorno em termos das taxas que o Executivo vai ter que justificar, que ponderar, que avaliar, e que discutir com os nossos concidadãos e, portanto, também dizer-lhes, eventualmente, que qualquer um dos Membros da Câmara tudo fará pois quanto mais meios libertos houver para investimento no Município melhor, mas isto são necessidades básicas que o Executivo tem que suprir e também lhe parece a ele, Senhor Presidente, que tendo as coisas completamente a funcionar, um bom sistema de qualidade de água, um bom sistema de qualidade de resíduos e um bom sistema de qualidade de saneamento, que 15% das despesas correntes parece-lhe admissível para esta exigência. Ficou um bocadinho mais descansado com a questão do custo da energia elétrica porque, de facto, vai haver no sistema estações elevatórias, vai na Zona Industrial 1 haver uma estação elevatória ao pé da subestação da EDP que vai bombar os efluentes para a estação elevatória situada ao pé da COVER CAR, em frente aos



Reunião de 22/05/2015

Olivicultores, portanto, toda aquela zona da Zona Industrial até cima ao Senhor Fernando Valença vai ficar por gravidade para aquela estação elevatória. Depois, os outros, para baixo, depois logo se vê, cada uma das unidades aí também em função da cota, da pendência, também estará previsto, mas, eventualmente, poderá ter que levar aí qualquer coisa elevatória para esse alto. Os efluentes serão bombados para uma estação elevatória que fica onde está atualmente a fossa ali ao fundo da COVER CAR. Depois serão bombados aqui para a segunda rotunda e vão por gravidade até à ETAR 2. Em termos de Sul da Vila de Nelas levará uma grande estação elevatória onde está a Zona Industrial 1, e uma pequena estação elevatória ao pé das bombas da REDIL, em baixo, para bombar os efluentes destes polos, da Escola Secundária, dos prédios do Cachafal e do Lar e outros por ali abaixo, para os bombar para a estação elevatória 1. Foi também ponderada a possibilidade do Executivo fazer a estação elevatória em baixo da Póvoa da Roçada mas o custo energético que era necessário para vencer mais aquele um quilómetro não justificava. Portanto, era preferível fazer, ou uma ETAR compacta para 50 habitantes, ou 30 habitantes depois na solução do que pôr a estação elevatória lá em baixo, o custo dava para pagar não sabia quantas ETAR,s para a Póvoa da Roçada. Portanto, aí vai levar um sistema que vai bombar os efluentes também depois graviticamente ali para a Mata das Alminhas e depois vai por gravidade até à ETAR 2. O Folhadal, na Vala, vai levar também uma estação elevatória até também à Mata das Alminhas, ou entre a Mata das Alminhas e a Rotunda da Vinha e trata todos aqueles efluentes da Vala, passa por trás do cemitério, passa a ponte da estrada velha e vai pelas traseiras da Quinta da Cal, da CVR Dão, e vai dar lá em baixo. No Chão do Pisco já existe uma estação elevatória, que o Executivo vai ter que por fora da empresa Borgstena para ser municipal, tem que se pôr fora, do outro lado da estrada, do lado direito no sentido Nelas – Canas de Senhorim e que vai servir todas aquelas unidades ali instaladas. O custo energético disto, das estações elevatórias, é cerca de 50.000,00 euros. Portanto, veem um custo energético a rondar os 180.000,00 euros, mas é o custo energético também do funcionamento da ETAR. Portanto, o grosso, apenas 1/3 é que é custo energético das estações elevatórias. Portanto, qualquer ETAR teria que ter sempre pelo menos 100.000,00 euros de custo energético, mas estando a funcionar e com o risco de termos um custo energético maior se fizéssemos várias ETAR,s, com os custos associados e multiplicados. Portanto, das estações elevatórias, em rigor, há um encargo energético anual de cerca de 50.000,00 euros, 55.000,00 euros, que é quatro mil e tal euros vezes doze. Portanto, uma ETAR em funcionar com estes equipamentos e para pôr os efluentes nos valores limites de emissão terá sempre este custo energético associado, que é o grande custo de uma estação, além depois dos químicos e do pessoal e etc. Esta ETAR tem ainda uma outra, aproveitou-se também a oportunidade, virtualidade já virada para o futuro que é um sistema de tratamento das lamas de todas as ETAR,s do Concelho. Todas as lamas resultantes dos tratamentos das outras ETAR,s serão enviada ali para a ETAR 2 de Nelas e ali tratadas e depois conduzido o que sobrar para os agentes autorizados para o tratamento de lamas. Portanto, esse custo também preocupou o Executivo e podia dizer que, então vamos fazer graviticamente, uma ETAR onde está a ETAR 1 e a que o Senhor Dr. José Lopes Correia tinha projetado no final da Póvoa da Roçada e etc. Mas para elas funcionarem o custo energético seria também 100.000,00 euros pelo menos, ou poderia ser até superior e multiplicados os custos. O que também ele, Senhor Presidente, ouviu e que também viu



Reunião de 22/05/2015

algumas preocupações relativamente aos megaprojetos e aos custos associados aos grandes projetos e etc., mas o que também lhe explicam e ele, Senhor Presidente, também entende é que as economias de escala geradas por uma grande unidade que deixa preparada Nelas para as próximas duas décadas, pelo menos, tem esta grande vantagem. Ele, Senhor Presidente, acha que já falou das questões essenciais. Em termos orçamentais também está tudo garantido, está feita uma alteração a esta obra que se chama Nelas III e Sistema Intercetor. Tem um financiamento de 85%. O Estudo Económico foi preparado também para o Executivo, com aquela questão do Fauding Gap, que é o Estudo Económico ver que custos e que receitas resultam da ETAR e que benefícios para o Concelho também está potenciado ao máximo no sentido do Executivo ir buscar praticamente os 85% de apoio, também com o estudo que foi feito e com umas alterações. Nesse Económico que foi distribuído aos Senhores Vereadores não estava contemplada a questão dos terrenos e, portanto, foram acrescentados 50.000,00 euros para terrenos porque pode ser necessário comprar um bocadinho de terreno para fazer a estação elevatória junto à REDIL, porque pode ser necessário ampliar algum bocado a ETAR n.º 2. Foi também contemplada a questão dos 100.000,00 euros para fiscalização da obra que é importante. Uma obra desta dimensão apontam sempre valores à ordem dos 5% do total do projeto mas parecia-lhe exagerado 200.000,00 euros. Também pode depois dentro do projeto haver ajustamentos. Estão 100.000,00 euros para a fiscalização. Viu que foi lá introduzido o custo com o EVEF, os quatro mil e tal euros. Portanto, são essas alterações que há em termos do Estudo Económico. Os Serviços Técnicos da Câmara estão todos envolvidos. Pediu ao Senhor Eng.º João Luís e também à Sr.ª Eng.ª Inês, a Senhora Eng.ª Susana, a Senhora Eng.ª Paula, com o tempo que havia disponível, para analisarem e passarem os olhos nos projetos. Estão todos inteirados deles, quer deste, quer do de Canas de Senhorim. Têm acompanhado isto. Portanto, ele, Senhor Presidente acha que há todas as condições pelas razões que disse do Executivo abraçar um projeto desta envergadura, com esta dimensão. Uma oportunidade que seguramente todos desejariam que tivesse acontecido e que acontecesse e portanto, tem-na ali à sua frente. Ele, Senhor Presidente, acha que devem aproveitá-la e candidatar já na próxima semana e também os Consultores vêm para cá dar uma ajuda para meter isto na plataforma. Chamou a atenção para o facto de no dia anterior a esta reunião ter acabado o prazo para os pactos de coesão e desenvolvimento territorial e muitos não entraram na plataforma. Vinha neste dia no jornal. Depois alargaram aquilo 4 horas. Portanto, acabava à meia-noite, alargaram até às 4 horas da manhã. Portanto, na próxima semana têm que começar a partir isto aos bocados se, naturalmente, for aprovado e meter isto na plataforma. Tem tudo que ir através da PT 2020. Foi o resumo que ele, Senhor Presidente, conseguiu fazer neste tempo todo, não sabia quanto tempo foi, mas foi muito tempo, quase 1 hora, 45 minutos. De seguida, deu a palavra aos Senhores Vereadores que desejassem ver esclarecido algum aspeto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que antes de entrar concretamente no âmbito do projeto e convenhamos que da sua parte pouco, ou nada poderá tecnicamente pronunciar-se. Não é a sua área, nem profissional, nem técnica. Fazia apenas três questões políticas e depois levantaria algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, que por sua vez, certamente, fará chegar aos autores do projeto. Em primeiro lugar queria-se congratular com o convite do Governo do PPD/PSD e do CDS/PP, na pessoa do Senhor Vice-



Reunião de 22/05/2015

Primeiro Ministro, Dr. Paulo Portas, na ajuda da candidatura e do financiamento deste projeto. Depois, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, há outra coisa também política que é oportuno revelar que é a parte financeira do Município. Um Município que na voz do Senhor Presidente da Câmara estava falido há um ano, ou há um ano e meio, ou 18 meses, felizmente, congratula-se por ver este Município com receitas próprias de 800.000,00 euros para obras desta natureza. É, efetivamente, provado que o Município não estava falido. Além do mais e acresce a isto tudo o facto de o Município ter muito bem e aí não diz só mal do Senhor Presidente da Câmara, louva-o o Senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo, que também foi, ao longo do tempo, mantendo os subsídios para as associações para que elas cumpram o seu dever associativo. Portanto, mais uma vez nesta reunião de Câmara deu-se a prova provada que o Município não estava falido como se tentou fazer passar. Tinha, depois, mais umas questões, mas essas questões deixaria para mais depois para a parte final da sua intervenção, ou melhor, na sua declaração de voto quando ela houver lugar. Gostava de saber uma questão técnica é se os esgotos da empresa Faurécia são, ou não são tratados com este grande projeto. Diz também o Senhor Presidente da Câmara que a manutenção do sistema, custos, fatura de manutenção, palavras do Senhor Presidente da Câmara, que são de 300.000,00 euros. A pergunta que fazia era se, efetivamente, estes 300.000,00 euros são todos os custos que advêm com a manutenção desta ETAR. Outra questão que também gostava de ver levantada, porque ele, Vereador Dr. Marques, conhece, mais ou menos, o leito da Ribeira de Travassos, era se com toda esta água que está a ser canalizada para a nova ETAR no local onde hoje está a ETAR 2, se o leito da Ribeira de Travassos foi calculada e tem dimensões para todas estas descargas e, se por hipótese, também foi feito um estudo, se essas descargas que saem da ETAR urbana de Nelas podem, ou não, influenciar as culturas agrícolas dos terrenos a jusante da ETAR. Depois, também, gostava que no âmbito deste processo lhe fosse facultado o concurso público, ou melhor, o procedimento concursal do projeto, designadamente, do Estudo Económico, e designadamente dos autores, como é que foi feito o procedimento concursal, gostava também que lhe chegasse às mãos. Outra questão que queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que já disse que até 2016 e 2017, em princípio não haverá custos para as populações, não haverá uma oneração da fatura, são palavras também do Senhor Presidente da Câmara e perguntava-lhe se a partir de 2017 se o Senhor Presidente tinha alguma previsão quais serão os custos que as faturas que as pessoas, os cidadãos vão sofrer na sua fatura por causa desta nova infraestrutura. Era importante também saber isso. O Senhor Presidente também já esclareceu, era uma das perguntas que tinha para fazer e também queria ter a certeza, era bom que isso fosse bem esclarecido, que com o facto de não se fazer uma estação elevatória a jusante da REDIL que contemplaria todos os esgotos da Póvoa da Roçada, qual seria a diferença entre os valores consumíveis, quer de energia, quer de manutenção, na estação elevatória junto à REDIL e na estação elevatória, na possível estação elevatória mais abaixo no sentido de Seia. Outra questão que também queria levantar, aliás, fez salientar isso ao Senhor Presidente da Câmara, em tempos mandou-lhe uma carta sobre esta matéria, se este projeto, ou melhor, o montante deste projeto não era mais benéfico para o Concelho e para as populações não ter sido feito um projeto tão grande, que ele concordava, achava que sim, era bom, mas iam ali agora também à parte financeira e à parte de tratamento de esgotos e sabia que este projeto surgia um pouco, o



Reunião de 22/05/2015

Senhor Presidente já o tinha dito, surge um pouco para resolução de um problema que nos aflige a todos, que é o problema Borgstena. Perguntava e isto era uma questão técnica, se não havia possibilidades de ter feito, aliás ele tinha escrito isso, um projeto de menores dimensões onde estava previsto na Póvoa da Roçada no anterior Executivo Socialista e fazermos um projeto também de menores dimensões em Canas de Senhorim que apanharia a Zona Industrial de Canas de Senhorim, apanharia a parte do Século, apanharia aquela parte toda da Ribeirinha, apanharia o polo do Centro de Saúde em Canas de Senhorim, nesta reunião estava a aplicar muito a palavra jusante, aprendeu-a há dois dias e também se, de facto, os esgotos da empresa Borgstena não podiam ser tratados a jusante, aprendeu essa palavra há dois dias, a montante é para o monte, a jusante é para a foz, por acaso explicaram-lhe isso que ele não sabia, se não podia também ser feito a jusante da empresa Borgstena e aí sendo feito a jusante da empresa Borgstena podiam aí apanhar a parte de Canas de Senhorim que ficará sem saneamento. Eram essas perguntas que ele queria ver esclarecidas. As demais intervenções fará quando for da declaração de voto e á maneira que for decorrendo a reunião. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira cumprimentou o Senhor Presidente, cumprimentou todos os presentes. As suas perguntas eram umas aquilo que perguntou o Senhor Vereador Dr. Marques já fez, mas complementando aquilo que ele perguntou. Portanto, na questão do destino dos efluentes se foi feito algum estudo de impacto ambiental para salvaguardar algum problema que possa advir daí da descarga desse efluente na Ribeira de Travassos. Já manifestaram alguma preocupação, também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Beijós, Portanto, era nesse sentido que punha essa pergunta. Depois, na questão dos custos queria perguntar porque é que eles aparecem constantes ao longo de todo o período que estava previsto. Era nesse sentido a pergunta que ele também fazia, qual o fundamento que eles aparecem na totalidade dos anos em que está previsto, cerca de 20 anos, 30 anos, os custos aparecem constantes. Depois também uma questão que ele queria pôr relativamente aos custos, que é nos custos com os funcionários, aparece lá um valor que é 820,00 euros e depois aparece mais um funcionário, 400,00 euros e outro funcionário, 400,00 euros. Esses 400,00 euros advêm de quem? Se é metade de um funcionário? Como é que chegaram a esses valores? Depois ainda outra questão que era, o Senhor Presidente falou da parte da Zona Industrial 1 que vinha ter onde estavam construídas as bombas da REDIL. Depois, mais duas perguntas, que eram, ou pelo menos, não eram duas perguntas, eram mais a parte política da questão, dizer que como o Senhor Presidente acabou de dizer também, pegava nessas palavras que era a oportunidade que agora nós temos, se calhar, dificilmente a vai ter no futuro. Claro que tinha que questionar, como disse o Senhor Vereador Dr. Marques, se, eventualmente, era a melhor solução fazermos só uma ETAR destas dimensões, ou fazermos 2, ou 3 ETAR,s de menores dimensões que abrangessem, se calhar, outra situação, mas isso, claro que não tem esses termos técnicos no estudo, também não sabia apurar e acreditava que aquilo que foi feito foi o melhor a pensar no Concelho, acreditava nesse sentido. Preocupava-o também bastante, como qualquer um, os custos fixos e os custos que vamos ter no futuro. Aquilo que se vem fazendo é sempre muitas vezes e nesta reunião não está o Senhor Vereador Adelino, mas elem focou isso numa reunião logo no início do mandato, que aquilo que agora nós temos muitas vezes em despesa correntes são muitas vezes despesas de manutenção das infraestruturas que nós temos no Concelho. Este ano vamos ter mais uma. Até por esse



Reunião de 22/05/2015

motivo gostava de questionar a contra balanção dos custos, porque é que são fixos? Achava que não tinha lógica nós apontarmos para 300.000,00 euros, se calhar, em 2017 mas, se calhar, em 2027, os custos até podem disparar para 500.000,00 euros, ou até podem baixar para 250.000,00 euros. Era nesse fundamento. Portanto, nós não podemos também calcular que será os 10%, pode até ser menos, ou mais. Depois, se é possível também saber qual o valor, ou se há uma previsão do estudo, também não esteve à procura, mas há algumas partes que não capta. Se aquilo que já se recebe atualmente da parte da fatura da água se já está previsto esse abatimento nos 300.000,00 euros. Portanto, se o custo que nós temos dos 300.000,00 euros anuais se temos algum valor no Estudo que nos diga que vamos pagar líquidos, ou 100.000,00 euros, ou coisa que o valha. Depois, para terminar, achava que vamos ficar com o Concelho de Nelas elevatório, a bombar, esperemos que não fiquemos a gravitar. --- O Senhor Presidente afirmou que relativamente às questões técnicas depois passava a palavra aos Senhores Projetistas. Só queria dizer, relativamente á questão financeira do Município, que estavam a tratar de uma ETAR que custava quatro milhões de euros num horizonte de custos, de gastos, em 2015, 2016, e 2017, portanto, esta situação financeira nada tem a ver com a Câmara anterior. Para este ano estão previstos apenas o gasto de 800.000,00 euros, no ano de 2015, portanto, é 15% disso. Se alguém quer tirar daí que a Câmara não estava numa situação saudável, acha que não era isso que estava em causa, não se pode, há 85% do apoio. Quando se fala em questão de pré-falência, em questão de falência da Câmara, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Marques, ele só queria dizer que ouviu o Senhor Vereador Dr. Marques com toda a atenção, podia ir buscar as atas de outubro de 2012 3 em que o Senhor Vereador Dr. Marques nesta mesa e na Assembleia Municipal é que declarou a Câmara em situação de falência para ir a uma situação de reequilíbrio. Perguntou ao Senhor Vereador Dr. Marques se queria se ele, Senhor Presidente, fosse buscar as atas. Portanto, quem declarou a Câmara em situação de falência foi o Senhor Vereador Dr. Marques, não foi ele, Senhor Presidente e quem declarou que a Câmara estava falida foi o Senhor Vereador Dr. Marques. De tal maneira assim foi que só assim é que a Direção Geral das Autarquias Locais permitiu a contratação de um empréstimo de onze milhões de euros para sanear financeiramente a Câmara, empréstimo esse que ainda no dia anterior a esta reunião o Executivo enviou uma comunicação para o Tribunal de Contas para autorizar o Executivo a renegociação do empréstimo com taxas de juro próximas dos 10%. Portanto, quem declarou a Câmara falida foi o Senhor Vereador Dr. Marques, não foi ele, Senhor Presidente, que o Senhor Vereador Dr. Marques não se esquecesse disso, em outubro de 2012, por mais que queira torcer isto, não é possível e a verdade é que a Câmara tem um excesso de endividamento ainda superior a 2,3 milhões de euros. A Câmara podia recorrer a financiamento para fazer obras em todo o lado e não consegue fazê-lo porque tem um sobre endividamento ainda de mais de 2,3 milhões de euros. Isto é que a realidade e não vamos torcer a realidade com a construção de uma ETAR porque este Executivo está na Câmara há 19 meses e já poupou muito dinheiro para a poder fazer. Não optou por gastar dinheiro noutros sítios e, portanto, o Executivo tem como vocação estratégica assumida pelo eleitorado e aceite e sufragada pelo eleitorado, que é, criação de emprego, tratamento das ETAR,s. Portanto, o Senhor Vereador que não lhe viesse com essa questão das falências que isto prova que a Câmara não estava falida. Isso é que era o Senhor Vereador Dr. Marques queria, que



Reunião de 22/05/2015

este Executivo nem dinheiro tivesse para tratar os problemas que o anterior Executivo criou ao atual Executivo, e também o anterior Executivo do Partido Socialista porque as ETAR,s, desde 1998 que ninguém mexia em ETAR,s para coisa nenhuma. Isto também entronca na questão política, dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira, então onde é que está o estudo de impacto ambiental da ETAR 2 a deitar os esgotos de 3.000 pessoas na Ribeira de Travassos e nas hortas de Beijós? Mas quem é que fez esse estudo de impacto ambiental? Alguma vez se preocupou com isso? Perguntou ao Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira se ele sabia qual era a carga orgânica de 3.000 efluentes domésticos a debitem nas hortas de Beijós? Nunca ninguém se preocupou. Agora que há estudos, que há financiamentos, que há tudo, aqui d'el-rei Ribeira de Travassos, Beijós. Algum dia se preocuparam com isso? Algum dia alguma Câmara antes se preocupou com a Escola Secundária de Nelas? Ou com o Cachafal? Ou com o Lar, em termos de tratamento de efluentes? Nunca, ninguém e toda a gente dormiu descansada. Agora, todas as preocupações, Ribeira de Travassos? A Ribeira de Travassos é uma preocupação fundamental e, portanto, o envolvimento, os valores limites de emissão estão fixados por lei e todos os efluentes que saem de uma estação de tratamento de águas residuais, que respeitem os valores limites de emissão podem ser assumidos, reciclados, tratados pela natureza. Era isso que estava estabelecido em termos legais. Portanto, ele, Senhor Presidente, relativamente à sua consciência e às preocupações, todas as preocupações dos Senhores Vereadores, quer em termos ecológicos, quer em termos financeiros são as preocupações do Executivo. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Jorge questionou-o em saber se algum dia se preocuparam em fazer o custo, quanto a esta situação de não conformidade tem para a Câmara de Nelas com contraordenações, como o Executivo recebeu no outro dia, 38.000,00 euros. E o mau nome da Ribeira da Pantanha? Das Caldas da Felgueira? Um Concelho que não trata um efluente? E quanto é custa esse mau nome da Câmara de Nelas e das gentes da terra? Isso é um custo incomensurável que nem está medido pelo Senhor Dr. Gonçalo. O custo do bom nome, de ser uma terra sustentável ambientalmente, que tem uma Câmara e um Executivo e um Presidente que se preocupa à cabeça com isso. Ele, Senhor Presidente, podia andar a gastar estes 600.000,00 euros que o Executivo vai gastar na ETAR a fazer muros e passeios. Ainda mais, ainda mais. Já estava a ver o cliché no jornal, vamos ser uma Câmara elevatória, elevada e não sabia o quê. Brincar com uma situação de calamidade do Município, criar um brocardo para depois sair muito bonito quando os esgotos estão a correr para os cursos de água é o mesmo que o outro Ministro ter brincado com o tratamento daquelas pessoas de Évora. Questões financeiras e questões políticas, que não lhe viessem com a política, os incumpridores mores, aqueles que não passaram cartão nenhum, este Executivo chegou à Câmara e a primeira coisa que fez foi desmatar as ETAR,s vêm agora para aqui dar, não têm autoridade política nenhuma, com o devido respeito, zero, os Senhores Vereadores têm autoridade zero para falar em ambiente no Concelho de Nelas, autoridade zero. Estiveram na Câmara a poluir o ambiente anos e anos e anos, não fizeram nada, dormiram com a consciência de um estudo que fizeram, não fizeram ponta de nada pelo tratamento e agora têm as dúvidas todas e estão é muito preocupados com a população de Beijós? Relativamente às questões técnicas, dirigindo-se ao Senhor Dr. Gonçalo, o Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira, em matéria de custos, que o Senhor Dr. Gonçalo projetou para 20, 30 anos, porque é que fez uma repartição de custos constantes em



Reunião de 22/05/2015

termos anuais. Tinha que falar disso e depois a outra questão era, os custos com Pessoal, 800,00 euros e 400,00 euros, 400,00 euros. Parece-lhe a ele, Senhor Presidente, retirar-se que um funcionário estaria a tempo inteiro, um seria técnico superior e dois funcionários seriam a meio tempo afetos ao tratamento, ou à ajuda no tratamento da ETAR mas o Senhor Dr. Gonçalo dirá se relativamente aos custos com Pessoal se é isto que levou em consideração. E se o EVEF, podia confirmar aquilo que ele, Senhor Presidente, ia dizer, ou não, o Estudo de Viabilidade Económica Financeira projeta esta ETAR, não tem outros custos lá associados. É apenas um estudo económico de viabilidade económica e financeira deste empreendimento e não de outros custos, particularmente, do custo de estrutura da Câmara e etc. Depois, o Senhor Eng.º Carlos era para falar na questão se a Ribeira de Travassos, que vai para Beijós, a carga orgânica que lá vai ser metida, ou a água, tem algum prejuízo para as hortícolas e para a sustentabilidade daquele recurso de água, se o que lá vai ser colocado e depois também porque não a bombagem da estação elevatória, em baixo, da Póvoa da Roçada, não consegue dizer se é a montante, se é a jusante, diz que lá para baixo, aprendeu desde pequenito que lá para baixo era lá para o fundo, lá para baixo, era a descer lá para baixo. Se este estudo foi feito, pelo menos, ele, Senhor Presidente, sabia que por aquilo que o Senhor Eng.º lhe disse, e que explicou que fizeram este estudo. Portanto, eram essas duas questões, porque não na Póvoa da Roçada e a questão que é importante, que é a questão da Ribeira de Travassos. Ainda a questão dos esgotos da empresa Faurécia, mas está previsto, aliás, está aí um coletor, está aí nos desenhos que foram enviados, está a montante da estação elevatória da zona industrial 1, a montante até à empresa Faurécia está um coletor que vai até à parte lateral da empresa Faurécia, aquela estrada nova que se projeta abrir do lado nascente da empresa Faurécia. Pediu ao Senhor Vereador Dr. Marques para acabar lá com isso da bolsa de estudo que ele, Senhor Presidente, recebeu, 500,00 euros, em 1980. Que fosse aprender o que é que quer dizer montante e jusante. Que falta de nível. A Senhora Vereadora Dr.ª Rita Neves estava-se a rir pelo facto do Senhor Vereador Dr. Marques invocar um bolsa que ele, Senhor Presidente, teve no tempo do Senhor Dr. José Vaz, de 100 contos e a Senhora Vereadora Dr.ª Rita estava-se a rir. O ridículo do seu sorriso. -----

----- O Senhor Dr. Gonçalo Costa cumprimentou todos os presentes. Ao nível da questão por causa da projeção da ETAR ter preços constantes prende-se com o estudo de viabilidade económico e financeiro que foi elaborado de acordo com as necessidades que o Programa Operacional exige, que é o POSEUR e aí eles obrigam a que o estudo seja feito a nível de preços constantes e não os preços correntes, daí os pressupostos não estarem contabilizados a nível de inflação. Quanto aos funcionários os valores são 50% de imputação devido à capacidade de automatismo da própria ETAR não foi tido em conta 100% dos funcionários. Daí até o valor de 400,00 euros ser inferior a um salário mínimo nacional porque não está contabilizado a tempo inteiro. Portanto, um técnico que é o de 800,00 euros será 50% de um licenciado referente a um técnico superior de acompanhamento da própria ETAR e dois operacionais. Quanto à questão dos custos pensava que já estava explicado mesmo para esta questão dos preços contantes. Eles mantêm-se no temporal de análise de 30 anos sempre idênticos por esse fator. Apenas há oscilação no ano de 2017, ano de início porque apenas temos nove meses de laboração. No ano de 2018, 12 meses e a partir daí permanecem constantes. Isso tem a ver com os pressupostos e análises das candidaturas que têm a ver



Reunião de 22/05/2015

depois com as receitas líquidas atualizadas e sempre a preços constantes. Foram esses os pressupostos que estiveram na base da elaboração do estudo. -----

---- O Senhor Eng.º Carlos Mendes cumprimentou todos os presentes. Começando pela empresa Faurécia, essa empresa tem uma caixa com 1,20 metro à porta. Está preparada para ligar, é fazer o requerimento ao Município e ligar-se a este sistema interceptor e à futura ETAR. A segunda questão da receção na Ribeira de Travassos, esta ribeira já recebe os efluentes de 2.500 habitantes da ETAR de Nelas 2. A APA já fez uma visita a essa ETAR com os projetistas. Esta solução logo na altura foi abordada. O requerimento para a futura ETAR já foi enviado para a APA. A APA não obistou nada pelo que lhe parece que a APA é a entidade que devia pronunciar-se sobre as linhas de água e sobre os efluentes que ela irá acurtar. Não se pronunciou o que leva os projetistas também pela sua experiência a deprender que não há problema nenhum. Mas os projetistas tiveram um cuidado acessório no projeto que foi prever que o PH vai sair de 6 a 9, o CQO abaixo de 125 mg/litro, o CBO 5 abaixo de 25, os sólidos espessos abaixo de 60 e os coleriformes fecais abaixo de 200 uf 6, por 100 ml. Isto para garantir que nada é prejudicado na agricultura. A APA não obriga a cumprir coleriformes fecais, mas os projetistas quiseram ir mais longe já para salvaguardar essas questões todas que pudessem vir a ser colocadas. O efluente, depois de tratado e de ter um CQO e um CBO e sólidos a cumprir vai ser filtrado mais uma vez e vai ter desinfecção por ultravioleta para garantir que ainda vamos ajudar na agricultura a jusante da ETAR.

----- O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos dos projetistas. Mostrou ao Senhor Vereador Dr. Marques, para consultar, um dossier preto referente ao procedimento concursal do projeto da ETAR e do projeto do sistema interceptor. Relativamente ao Senhor Dr. Gonçalo e a esta empresa foi feito um ajuste direto atenta a urgência na elaboração do projeto e custou 4.500 euros o estudo económico de viabilidade económica e financeira. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que já tinha visto que o Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira enervava o Senhor Presidente, pior do que ele, Vereador Dr. Marques, pensava que o controlava, deixou de o controlar, isto agora é uma chatice. Mas, pronto, adiante. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que estava na parte técnica e na parte política. Em 23 de dezembro de 2013, um mês, ou dois do Senhor Presidente ter tomado posse, tinha uma informação assinada já pelo Executivo do Senhor Presidente que diz assim, Informação administrativa e Financeira, Recursos Humanos e Saúde, Informo V.ª Ex.ª que em 29 de novembro de 2013 as disponibilidades existentes na Tesouraria da Câmara Municipal totalizam 1.075.000,00 euros. As dívidas a fornecedores – 483.000,00 euros. Pagas as faturas até setembro de 2013. As dívidas a empreiteiros eram no valor de 297.000,00 euros. De facto, a Câmara estava falida, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, estava mesmo falida. Quem deve a empreiteiros 297.000,00 euros, quem deve a fornecedores 483.000,00 euros, quem tem um saldo de Tesouraria de 1.075.000,00 euros, escrito pelo atual Executivo, não foi ele, Vereador Dr. Marques, que escreveu. A Câmara fez empréstimos? Pois fez. Foi para sustentar a dívida e passou a pagar a fornecedores, no tempo do anterior Executivo, a 35 dias e já agora, o Senhor Presidente nunca conseguiu esclarecer, nunca conseguiu esclarecer, porque é que o Senhor Presidente era Vice-Presidente da Câmara da Coligação PPD/PSD e na reunião de 30 de maio de 2006, ainda e muito mais, sendo Vice-Presidente da Câmara propôs para se fazer um empréstimo e para se



Reunião de 22/05/2015

renegociar um empréstimo de dois milhões de euros. Não percebia o Senhor Presidente da Câmara, ele tinha que explicar isto, de uma vez por todas, se isto estava um mar de rosas, era só dinheiro. Chegaram cá aqueles bandidos, destruíram o dinheiro todo. O Senhor Presidente, três meses depois de estar na Câmara como Vice-Presidente da Câmara, apresenta uma proposta na reunião de Câmara que era o Senhor que mandava nisto tudo, uma proposta para um novo empréstimo de 700.000,00 euros e uma renegociação de um empréstimo de dois milhões de euros. Que o Senhor Presidente explicasse. Mais, que visse a parte financeira apresentada nesta reunião de Câmara comparada com aquela que existia á data que o Senhor Presidente tomou posse. Era isto que queria dizer. Advém a isto tudo o aumento brutal, também se responsabiliza, não fugia a essa responsabilidade, do IMI. O que sobra a mais do que no anterior Executivo em Tesouraria foi o aumento brutal que o Senhor Presidente encaixou em 2014 com o IMI. Já não estava a contar aqui o preço da água, os trabalhadores que mandou embora, que foi substancial de um ano para o outro, foi para aí dois milhões de euros de despesas com trabalhadores. Por mais que o Senhor Presidente adore a pílula não consegue fazer passar na população que a Câmara estava falida. O Senhor Presidente não consegue. Esses é que são os factos e é com os factos que ele, Vereador Dr. Marques, o desmente. Queria levantar uma questão e o Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira certamente que lhe perdoará por ele agarrar na pergunta que ele fez, e reforça essa mesma pergunta, que não foi esclarecida, era se esses 300.000,00 euros de custos com a manutenção da ETAR são a acrescentar aqueles que já são feitos atualmente pelos consumidores de água. Isto é, se nos 200.000,00 euros que se cobra de taxa de saneamento que, de facto, lhe parece que até era ilegal, segundo o Senhor Presidente da Câmara, porque não tratavam dos esgotos, a pergunta que queria fazer era se esses 300.000,00 euros acrescem mais 200.000,00 euros e a manutenção da ETAR ficará em 500.000,00 euros? Essa era a pergunta que ele fazia. Ou então, perguntava se teremos que aumentar aos consumidores mais 100.000,00 euros para a manutenção da ETAR? Esta era a pergunta que fazia para ficarem claros com isto. Outra questão que ele, de facto, não apanhou, esteve atento à intervenção do Senhor Eng.º responsável pelo projeto, pensava que foi ele que disse que a atual ETAR 2 de Nelas faz um tratamento doméstico de 2.500 habitantes. Perguntava, pois não entende aquilo, não é essa a sua matéria, com esta nova construção quantos habitantes é que começam a, qual o tratamento de efluentes que a nova ETAR urbana vai tratar. Essa era a pergunta que ele fazia. Outra pergunta que fazia, de facto, o Senhor Eng.º fez aí umas terminologias e bem, é a sua área e que ele aceita e que ele concorda e que ele admira, mas só uma questão dessas terminologias de CO e FO e CQO, sabia que era uma parte que era matéria orgânica, mas a orgânica não o preocupava muito porque deixava lá ficar aqueles resíduos no meio do rio, não era por aí., por aquilo que ele foi aprendendo ao longo da vida e vai aprendendo, pensava que não era, de facto, assim tão prejudicial como seja por exemplo uma questão química. A pergunta que fazia era a seguinte, porque vão ali tratar efluentes de zonas industriais, vão ali tratar questões de fábricas que trabalham no seu dia-a-dia com, fez um reparo à Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas, que não se risse, que não se risse, só fez o mesmo reparo que o Senhor Presidente fez à sua colega Vereadora Dr.ª Rita Neves, pedia desculpa. Que não se risse senão também era uma falta de respeito. Era só comungar o reparo feito pelo Senhor Presidente. A questão que ele queria colocar era se, de facto, depois de receber todos os efluentes das unidades



Reunião de 22/05/2015

industriais, se há algum problema químico que depois possa sair do tratamento desta nova ETAR urbana de Nelas. Era essa a sua pergunta porque ele partia, de facto, ensinaram-lhe que essa parte lá dos orgânicos que não é assim tão prejudicial para os campos. Era isso que gostava de saber se, de facto, sai em condições de tratamento CQO, sai isso em tratamento. ---

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que ficou esclarecido com as explicações do Senhor Eng.º. Achava que se até se fossem dadas logo de início se calhar escusava de fazer algumas perguntas sobre a Ribeira de Travassos. A sua preocupação deve ser a do Senhor Presidente para depois não termos cá o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Beijós noutra reunião a fazer essas perguntas. Depois, só queria dizer que ele saiba nunca pôs nenhum título em nenhum jornal sobre aquilo que se passou nas reuniões de Câmara. Aquilo que tem que dizer diz nas reuniões de Câmara, ou diz ao Senhor Presidente quando é necessário dizer. Nem nunca foi, nunca o Senhor Presidente o controlou, nem ele ao Senhor Presidente. Portanto, estavam à vontade. Achava que o Senhor Presidente devia ficar satisfeito por ter uma Oposição como tem nesta Câmara. Achava que nenhum Executivo que se passou aqui teve uma Oposição como teve o Senhor Presidente. Achava que a Oposição era responsável, podem ter as suas diferenças nalgumas situações, mas quando se trata dos interesses do Concelho os Vereadores da Oposição estão sempre presentes e a votar em conformidade. Claro que não podem concordar com tudo. Têm dúvidas nalgumas situações. Achava que nesse aspeto o Senhor Presidente não tem nenhuma razão de queixa. -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Eng.º Carlos Mendes para ele explicar relativamente à questão que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques colocou, cumpre esclarecer em linguagem simples, pelo menos para ele, Senhor Presidente, que percebo pouco destas coisas mas leu os documentos que era sua obrigação e, portanto, dar este esclarecimento relativamente às cargas orgânicas. -----

---- O Senhor Eng.º Carlos Mendes afirmou que os efluentes urbanos são distinguidos entre domésticos e industriais, neste caso são industriais pré-tratados. Os domésticos têm biodegradabilidade, são tratados a nível biológico. Os efluentes industriais pré-tratados têm tratamento físico-químico, e é precisamente assim que a ETAR está dimensionada. Os efluentes industriais, zona norte e zona sul pré-tratados chegam sozinhos à ETAR, ou seja, independentemente de tratamento físico-químico para retirar a carência química de oxigénio e equilibra-la com a carência bioquímica de oxigénio para os tornar biodegradáveis, para depois a jusante serem tratados biologicamente conjuntamente com os domésticos para garantir que o efluente que sai á saída tem menor do que 125 mg/litro de CQO e menor do que 25 de CBO. Ou seja, é precisamente para isto, nós temos um tratamento físico-químico para os efluentes industriais pré-tratados para garantir que a carência química de oxigénio é retirada. Juntamente com isto, tudo o que seja substância tensioativas, cor, é tudo retirado no tratamento físico-químico que projetamos, equalização, flotação, mistura rápida, mistura lenta, flotação, decantação e depois biológico. É precisamente para isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu ao Senhor Presidente se podia fazer uma pergunta diretamente ao Senhor Eng.º Carlos Mendes, tendo o Senhor Presidente autorizado. -----



Reunião de 22/05/2015

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques questionou o Senhor Eng.º Carlos Mendes no sentido de saber se os efluentes domésticos e urbanos, já tinha entendido a sua explicação, se davam entrada, não. Estava esclarecido. -----

---- O Senhor Eng.º Carlos Mendes afirmou que entram independentes e consegue-se em todo o momento caracterizar quantitativamente e qualitativamente o que chega industrial e doméstico. Depois saem em conjunto, depois de devidamente tratados. -----

---- O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta para pôr à votação: -----

---- *“Proposta -----*

---- *Construção da Nova ETAR III de Nelas e Sistema Intercetor -----*

---- *Considerando que as atuais ETAR,s de Nelas se encontram completamente obsoletas, não permitindo assegurar o tratamento das águas residuais urbanas da Freguesia de Nelas, o mesmo sucedendo com as fossas construídas há muitas décadas, não existindo até parte significativa dos polos populacionais de Nelas, Algerás e Folhadal cobertas por qualquer solução, o mesmo sucedendo com as Áreas de Acolhimento Empresarial de Nelas ZII e do Chão do Pisco, não se cumprindo há muito, pois, as disposições regulamentares em vigor; ---*

---- *Considerando que o Município de Nelas tem um convite para uma candidatura no âmbito do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, Eixo 3 – Objetivo Específico 2 – “Gestão Eficiente do Ciclo Urbano da Água”, para construção de uma nova ETAR, aviso este resultante dos contactos estabelecidos entre a Câmara de Nelas e o Governo e publicado em 27 de março de 2015 para candidatura até 29 de maio de 2015; ---*

---- *Considerando que o presente investimento se encontra inscrito no Orçamento Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2015, 2016 e 2017, aprovado pelo órgão executivo e respetivo órgão deliberativo; -----*

---- *Considerando que no seguimento do processo concursal foi elaborado um projeto de execução para a nova ETAR III de Nelas pela empresa “AGR – Engenharia e Serviços, Ld.ª”, bem como um projeto para o sistema intercetor pela empresa “Ecoserviços – Gestão de Sistemas Ecológicos, Ld.ª”; -----*

---- *Considerando que, após análise dos serviços, o mesmo observa o disposto no PDM de Nelas; -----*

---- *Considerando que, para efeitos de apresentação da candidatura ao POSEUR, deverá existir um projeto técnico que deverá ser aprovado pela entidade responsável pela intervenção; -----*

---- *Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea f), do número um, do artigo trinta e três, do anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, aprovar o projeto de construção da ETAR de Nelas III e respetivo caderno de encargos, bem como aprovar o projeto de construção do sistema intercetor e respetivo caderno de encargos.” -----*

---- O Senhor Presidente afirmou que considerando aquilo que o Senhor Eng.º Carlos Mendes disse também foi enviado já por carta registada em 13 de abril de 2015 para a APA, o projeto, a Memória Descritiva e etc. Portanto, até agora a APA não emitiu, mas também, evidentemente, terá feito o ajustamento que a própria APA impôs, naturalmente e considerando tudo isto, que os Serviços também do ponto de vista do PDM não vêm qualquer inconveniente, propõe-se ao abrigo deste normativo que está na proposta, o artigo 33.º, n.º 1,



Reunião de 22/05/2015

alínea f), da Lei n.º 75/2013, a aprovação do projeto de construção da ETAR de Nelas III, que é um projeto e o respetivo caderno de encargos, bem como a aprovação do projeto de construção do sistema interceptor e respetivo caderno de encargos. Portanto, destes projetos fazem parte todos os projetos de especialidade, a memória descritiva, o projeto de execução, o cronograma financeiro. Portanto, o Executivo tem um planeamento no sentido da ETAR estar em funcionamento em inícios de abril de 2017-. Necessários para a candidatura são os estudos económicos, quer esse estudo económico de viabilidade económica e financeira, quer o estudo de custo/benefício, apuramento do custo benefício e, portanto, todos os outros depois de especialidade, projeto elétrico, também estão aí. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de construção da ETAR de Nelas III e respetivo caderno de encargos, bem como aprovar o projeto de construção do sistema interceptor e respetivo caderno de encargos, nos termos do art.º 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12/09. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara afirmou que irá apresentar declaração de voto até 5 dias depois desta reunião, *mas no essencial vai dizer que ao fim d 19 meses de exercício do mandato, com um investimento que vai iniciar-se em matéria ambiental já em Canas de Senhorim este mês e também com a aprovação, que ele, Senhor Presidente, agradece à Câmara, deste projeto, pelas razões que ele enunciou, que é absolutamente estruturante para as próximas décadas no Concelho de Nelas, particularmente na Freguesia de Nelas e nas suas áreas de acolhimento empresarial, ele, Senhor Presidente, se lhe tivessem dito seis meses antes das eleições que ao fim de 19 meses teria aprovado um ETAR para 3.000 pessoas em Canas de Senhorim e uma ETAR para 14.666 pessoas, equivalentes domésticos, sendo que equivalentes domésticos em Nelas 6.300, ele teria como Presidente da Câmara e nós que estamos aqui desde outubro de 2013 a gerir a Câmara nas condições que são conhecidas, se lhe tivessem dito ele, Senhor Presidente, achava que era muito improvável e, portanto, estava muito agradecido à Câmara, naturalmente, a todos os técnicos, a quem agradecia o seu empenhamento e, portanto, por vezes o dinheiro não paga tudo. É preciso, de facto, também, e ele sentiu da parte dos técnicos, do Senhor Eng.º Carlos, também do Senhor Eng.º Pedro, da Senhora Eng.ª Sara, do Senhor Dr. Gonçalo, de facto, aqui um ombro a ombro com o Município de Nelas no sentido de conseguir com folga que é hoje, falta uma semana e com a ajuda que vão dar à Câmara para a próxima semana, de facto, cumprir uma grande obra e, portanto, tem, relativamente a tudo, mas particularmente nesta obra a convicção hoje de que estão a viver um momento histórico relativamente a um problema de décadas de deficiência, de não conformidade e deram um passo decisivo para dignificar bem a Câmara e as nossas preocupações ambientais. Portanto, agradeceu a todos esse empenhamento, aos Serviços Técnicos da Câmara, a todos, que agora têm que acompanhar em termos de execução da obra.* -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: *“Muito obrigado Senhor Presidente. Quero iniciar a minha declaração de voto por me congratular pelo convite formulado pelo Governo do PPD/PSD-CDS/PP na pessoa do Senhor Vice-Primeiro Ministro para que esta grande ETAR urbana fosse uma realidade. Nota-se aqui uma forma política como o Governo Central trata as Autarquias de cor partidária diferente. Não podia deixar passar isto sem também me referir efetivamente à*



Reunião de 22/05/2015

questão financeira do Município de Nelas. Quando em setembro de 2013, em campanha eleitoral a Câmara estava falida, de facto, é que, hoje, 18 meses depois, a Câmara tem disponíveis 800.000,00 euros da parte financeira da responsabilidade do Município, para que estas obras sejam uma realidade. Penso que a partir de hoje o povo do Concelho de Nelas acaba redundantemente a falsa questão da falência da Câmara Municipal de Nelas. Com o devido respeito e que é muito, pese embora não conheça os seus intervenientes, mas conheço o nome da empresa que elaborou o projeto e elaborou o estudo, com o devido respeito que tenho por eles, no entanto, do projeto surgem-me algumas dúvidas, quer na parte financeira, quer na parte funcional. Por isso, eu vou juntar, mais uma vez, as cópias de uma sugestão que eu quis apresentar ao Senhor Presidente da Câmara sobre esta matéria e, por isso, tenho que a fazer juntar hoje. Votei favoravelmente, obviamente com um voto de vencido, digamos assim, porque não quero, de forma nenhuma, inviabilizar o que o Senhor Presidente da Câmara diz, que acusa o próprio Partido Socialista que há 20 anos não havia esgotos em Nelas. Por isso mesmo eu votei favoravelmente esta decisão.”-----

---- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges, apresentou a seguinte declaração de voto: *“Pela unanimidade expressa aqui hoje nesta importante obra para o Concelho em termos ambientais. Acho que é um sinal muito positivo que aquilo que nós queremos para o futuro em termos do Concelho e do desenvolvimento, não varrer as coisas para debaixo do tapete. Portanto, também, obviamente, dizer que esta ETAR é aquela que também é possível nos termos em que o Senhor Presidente explicou e, portanto, nós temos um incumprimento em termos comunitários, temos um prazo para o resolver, temos um prazo muito apertado e portanto, também, obviamente, tendo estas condicionantes dar os parabéns a todos os intervenientes, começando pela Câmara e pelas empresas que depois foram escolhidas e obviamente que também ressaltar que isto é apenas o início do processo. A candidatura nem sequer está aprovada. Nós esperamos que ela possa vir a estar, mas, obviamente, é um caminho que ainda falta trilhar e que até finais de 2017 para termos este problema resolvido com os acertos que, concerteza, até lá terão que ser feitos.”-----*

--- Por fim, passou-se à leitura e aprovação da minuta da ata da presente reunião extraordinária. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada esta reunião extraordinária às onze horas e quarenta e oito minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, conforme deliberação tomada na 1.^a reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde,
